

ROUSSEAU E OUTRAS FERAS: GÊNERO, VIRTUDE E DOMESTICIDADE NO SÉCULO XVIII EM DIÁLOGO COM VILLENEUVE E LEPRINCE BEAUMONT

Bárbara Rodrigues Barbosa¹

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

 <https://orcid.org/0000-0002-4925-5288>

E-mail: brodriguesbarbosa@gmail.com

Luciano da Silva Façanha²

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

 <https://orcid.org/0000-0003-1178-4018>

E-mail: luciano.facanha@ufma.br

RESUMO:

O artigo investiga a construção de um ideal de feminilidade doméstica no século XVIII a partir da análise comparada entre a versão de *La Bela et la Bête* publicada por Jeanne-Marie Leprince de Beaumont (1756) e os escritos de Jean-Jacques Rousseau, especialmente a *Carta a d'Alembert* (1758) e o *Émile* (1762). Partindo da constatação de que a versão de Beaumont reformula e simplifica a narrativa anterior de Gabrielle-Suzanne de Villeneuve (1740), o texto argumenta que o modelo de mulher ideal – recatada, cuidadora, virtuosa e ligada ao espaço doméstico – já se encontra consolidado no conto pedagógico antes mesmo de ser sistematizado pela filosofia de Rousseau. Embora Rousseau tenha se tornado a voz mais influente na normatização da feminilidade no Iluminismo, sua obra dialoga com um imaginário já em circulação, no qual o lar se configura como espaço formador de cidadãos virtuosos e a mulher como agente moral indireta da república. O artigo defende que essa transição não deve ser atribuída exclusivamente à retórica rousseauiana, mas compreendida como fruto de uma rede mais ampla de discursos e práticas pedagógicas. A noção de “mulher pública paradoxal”, central, mas confinada, emerge como chave de leitura para compreender os efeitos duradouros dessa normatividade de gênero que, sob o signo da virtude, reorganiza papéis, afetos e a própria gramática da cidadania moderna.

PALAVRAS-CHAVE: Rousseau; Leprince de Beaumont; Feminilidade; Iluminismo; Domesticidade; Gênero.

ROUSSEAU AND OTHER BEASTS: GENDER, VIRTUE, AND DOMESTICITY IN THE 18TH CENTURY IN DIALOGUE WITH VILLENEUVE AND LEPRINCE BEAUMONT

ABSTRACT:

This article investigates the construction of an ideal of domestic femininity in the eighteenth century through a comparative analysis between Jeanne-Marie Leprince de Beaumont's version of *La Bela et la Bête* (1756) and the writings of Jean-Jacques Rousseau, especially the *Letter to d'Alembert* (1758) and *Émile* (1762). Starting from the observation that Beaumont's tale reformulates and simplifies Gabrielle-Suzanne de Villeneuve's earlier narrative (1740), the article argues that the model of the ideal woman – modest, caring, virtuous, and attached to the domestic sphere – is already consolidated in the pedagogical tale prior to its systematization by Rousseau's philosophy. Although Rousseau became the most influential voice in the normativization of femininity during the Enlightenment, his work engages with an already circulating imaginary, in which the home emerges as a space for the formation of virtuous citizens and the woman as an indirect moral agent of the republic. The article contends that this transition should not be attributed solely to Rousseau's rhetoric but rather understood as the result of a broader network of discourses and pedagogical practices. The notion of the “paradoxical public woman”, central, yet confined, emerges as a key to understanding the enduring effects of this gender normativity that, under the sign of virtue, reorganizes roles, affects, and the very grammar of modern citizenship.

KEYWORDS: Rousseau; Leprince de Beaumont; Femininity; Enlightenment; Domesticity; Gender.

¹ Doutor(a) em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo – SP, Brasil. Pós-Doutorando(a) em Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís – MA. Bolsista FAPESP.

² Doutor(a) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo – SP, Brasil. Professor(a) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís – MA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível C.

Introdução

Em 1756, no âmbito de uma série de escritos pedagógicos intitulada *Le Magasin des Enfants*, Jeanne-Marie Leprince de Beaumont reconta de *La Bela et la Bête*, enxugando o enredo e simplificando a linguagem do original de 1740 de Gabrielle-Suzanne de Villeneuve. O efeito dessa operação formal, a redução a um conto de cerca de dezesseis páginas, com moral explícita, é deslocar o foco de um público adulto dos salões para um horizonte didático de formação de meninas, com ênfase em decoro e virtude doméstica.

No texto de Villeneuve, Bela hesita frente ao casamento com a Fera, reivindicando, de modo inequívoco, a primazia de sua própria felicidade:

Como aceitar um marido com quem não poderei entreter-me e cuja fealdade sequer é compensada por uma conversação agradável? – respondeu ao pai. – Não ter nada para me distrair e nem como fugir desse aborrecido convívio? Não poder desfrutar de um pouco de solidão? Resignar-me a ouvir cinco ou seis perguntas que dirão respeito ao meu apetite e à minha saúde? Ver essa conversa bizarra terminar com um “Boa noite, Bela”, refrão que meus papagaios sabem de cor e que repetem cem vezes por dia? Não está a meu alcance assumir tal compromisso, prefiro morrer subitamente a morrer um pouco a cada dia, de medo, sofrimento, desgosto e tédio. Nada fala a favor dessa Fera, a não ser a delicadeza que ela tem me fazendo apenas uma curta visita a cada vinte e quatro horas. Isso é o bastante para inspirar o amor? (Villeneuve, 2016, p. 134-135).

O trecho devolve a agência da personagem e condensa um ideal de feminilidade forte e circulante no espaço social. A versão de Beaumont, uma década e meia depois, preserva alguma agência de Bela, mas reconfigura seu perfil: docilidade, cuidado e prioridade ao lar tornam-se normativos:

Instalados em seu novo lar, o comerciante e seus três filhos dedicavam-se à lavoura, enquanto Bela, de pé às quatro da manhã, limpava a casa e preparava o almoço para a família. Desacostumada com as tarefas domésticas, no início foi difícil para ela, mas, ao fim de dois meses, estava mais forte e saudável. Terminadas as costuras, lia, tocava cravo ou cantava, maviosamente. Suas duas irmãs, ao contrário, entediavam-se mortalmente: levantavam às dez da manhã, passeavam o dia inteiro e seu único assunto era a saudade das roupas elegantes e dos amigos. (Beaumont, 2016, p.33-34).

Essa inflexão que dialoga diretamente com a defesa rousseauiana de uma feminilidade doméstica na *Lettre à d'Alembert sur les spectacles* (1758) e no *Émile* (1762):

Quer conhecer os homens? Estude as mulheres. Essa máxima é geral e, até aqui, todos concordarão comigo. Mas se eu acrescentar que não há boa moral para as mulheres fora de uma vida doméstica e reclusa; Se eu disser que os cuidados pacíficos da família e do lar são o seu destino, que a dignidade do seu sexo reside na sua modéstia, que a vergonha e a modéstia são inseparáveis da honestidade nelas, que buscar o olhar dos homens já é deixar-se corromper por eles, e que toda mulher que se mostra desonra a si mesma[...] (Rousseau, 1995, p.75-76).

Agradá-los, ser-lhes úteis, fazerem-se amadas e honradas por eles, criá-los jovens, cuidar deles quando crescerem, aconselhá-los, consolá-los, tornar a sua vida agradável e doce: estes são os deveres das mulheres em todos os tempos, e isto que devemos ensinar-lhes desde a infância. Enquanto não retornarmos a este princípio, nos desviaremos da meta, e todos os preceitos que lhes dermos não servirão para a felicidade delas nem para a nossa (Rousseau, 1969, p.703).

A popularidade do texto de Beaumont é prova do alcance de sua proposta: a versão de 1756 suplantou a de Villeneuve a ponto de, na posteridade, ser creditada como a versão original da história³. Em poucas décadas, a figura feminina autônoma dos contos de 1740 cede lugar à mãe dócil, virtuosa e cuidadora, cuja “função própria” se enraíza na casa (Turner, 2009, p. 6).

Esse contraste, em tão curto intervalo temporal, torna patente uma mutação nas gramáticas de gênero⁴ da segunda metade do século XVIII, mutação que os escritos de Rousseau sintetizam, mas não monopolizam. Portanto, o questionamento que se impõe e ao qual tentamos responder ao longo do artigo, é se tal reconfiguração pode ser atribuída apenas à retórica de Rousseau ou se estamos diante de um processo pedagógico e cultural mais difuso, no qual Beaumont é peça ativa⁵. É nessa chave que as duas *Belas* – 1740 e 1756 – funcionam como sismógrafos de uma passagem histórica, que este trabalho interpreta à luz dos contos, dos textos rousseauianos e de manuais educacionais do período.

Esse recorte também conversa com a problemática mais ampla da questão da presença feminina no Iluminismo e com os debates sobre esferas pública e privada. A leitura clássica de Habermas (1984) sobre a gênese da esfera pública⁶ situou a diferenciação entre espaços de sociabilidade e política e destacou o papel estruturante do encontro entre Estado e sociedade civil; as pesquisas subsequentes tensionaram essa arquitetura, especialmente quanto à participação feminina e à centralidade dos salões. Dena Goodman (1994), por exemplo, mostra como, nos salões do século XVIII, conversas literárias entre homens e mulheres engendraram verdadeiro discurso político, fazendo do espaço feminino um lugar muito mais público do que reconhece a narrativa habermasiana; ao mesmo tempo, ela identifica, nos anos 1780, o deslocamento das mulheres para novas instituições masculinas de sociabilidade intelectual. Nesse horizonte, a virada à domesticidade não pode ser lida apenas como imposição, mas como reorganização de dispositivos normativos, literários, pedagógicos, filosóficos, nos quais autoras como Beaumont desempenham papel formativo.

³ A versão de *La Bela et la Bête* inserida no *Magasin des Enfants* conheceu ao menos 130 edições francesas entre 1756 e 1887 (Mistacco, 2006, p. 369), além de numerosas traduções, o que ajuda a explicar sua capacidade de eclipsar a narrativa longa de 1740. Não se trata apenas de popularidade: como argumenta Zipes (2006), a forma curta, altamente “replicável” e a marcação didática explícita funcionam como motores de circulação em mercados tipográficos transnacionais; tais contos curtos “pegam” porque são mais passíveis de se tornar uma antologia, traduzir e escolarizar. Em chave filológica, a edição comentada por Biancardi (2008) torna visível o gesto de recorte e moralização da matéria villeneuviana no contexto pedagógico de 1756/1757, reforçando o deslocamento de um público de salão para um horizonte educativo (Biancardi, 2008, introd.). Em perspectiva histórica, Turner documenta a larga fortuna editorial do *Magasin* e observa que as adaptações modernas de *La Bela et la Bête* seguem a versão de 1756/1757, não a narrativa longa de 1740 (Turner, 2009, p. 6 e n. 3). No século XX, duas adaptações paradigmáticas – Jean Cocteau (1946) e Walt Disney (1991) – creditam Leprince de Beaumont e modelam o enredo a partir de sua versão pedagógica, consolidando-a como “texto-fonte” da tradição moderna do conto.

⁴ A passagem de um ideal de feminilidade socialmente circulante (salões, espetáculos, sociabilidade mista) para um modelo doméstico-pedagógico é rastreável no intervalo 1740–1760: Turner sintetiza essa inflexão como trânsito “do *salonnière* à *mère*” (Turner, 2009); Goodman realinha a narrativa habermasiana ao mostrar como os salões produziram discurso público ao mesmo tempo em que, nas décadas finais do século, mulheres foram deslocadas para instituições masculinas de saber (Goodman, 1994). No plano textual, os recontos moralizados de Beaumont e a normatização rousseauiana (1758/1762) convergem para fixar a domesticidade como gramática de gênero do período (cf. também Ventura, 2019).

⁵ Em vez de causalidade unívoca “de Rousseau para a sociedade”, a bibliografia recente privilegia uma leitura ecológica: um circuito de impressos pedagógicos, contos morais e manuais para meninas já prepara a virada doméstica, que Rousseau depois sistematiza. Ver Turner (2009, p. 6–11) sobre o *Magasin* como dispositivo de oralidade guiada e formação de hábitos; Goodman (1994, p. 9–31) sobre mediação feminina na República das Letras; e Ventura (2019, p. 283–286) sobre a curadoria intertextual de Beaumont. A “precedência cultural” de Beaumont não exclui Rousseau, mas impede seu monopólio explicativo.

⁶ Para a formulação clássica, ver Habermas sobre a diferenciação entre esfera pública e privada e a institucionalização burguesa do debate (Habermas, 1984). Em chave corretiva, Goodman demonstra que os salões — conduzidos por mulheres — foram instâncias de produção de publicidade letrada (e não mera sociabilidade doméstica), tensionando a clivagem público/privado e recolocando a agência feminina no centro do Iluminismo (Goodman, 1994, cap. 2–3).

Marie Leprince de Beaumont: trajetória intelectual, horizonte pedagógico e o *Magazine des enfants*

Antes de avançarmos na comparação com Rousseau, especialmente no que toca à questão da domesticidade formalizada filosoficamente por ele, impõe-se recuperar a trajetória de Marie Leprince de Beaumont, filósofa e educadora iluminista tantas vezes relegada às margens do cânone.

Nascida em Rouen, a 26 de abril de 1711, como Marie-Barbe Nicole Leprince, a autora adotou ainda jovem o prenome Jeanne-Marie, mudança atribuída por biógrafos ao incômodo com o nome de batismo. Filha de Jean-Baptiste Nicolas (escultor e pintor) e Barbe Plantart, cresceu em lar burguês no qual a mãe tinha papel ativo na educação. A bancarrota familiar e a morte materna levaram Jeanne-Marie e a irmã Catherine ao convento de Ernemont, aos 14 e 13 anos. Ali recebeu sólida instrução (leitura, escrita, aritmética, gramática e “boa elocução”) e começou a ensinar: por três anos, orientou noviças ensinando-lhes leitura, escrita, aritmética e práticas de fala em público. Destacam-se, nessa etapa, Madame d’Ambré, uma das dirigentes do convento e lembrada por Leprince Beaumont como mulher pelo coração e homem pelo espírito, e madame du Plessis Puchot, cuja disciplina moral a marcou e se converteria em referência para sua própria prática educativa e espiritual, nos anos seguintes.

De volta ao mundo secular, Leprince integrou-se à corte de Lunéville, na região da Lorena (nordeste da França), como acompanhante/educadora da princesa Élisabeth-Thérèse (1711–1741), filha do duque Leopoldo de Lorena e futura rainha da Sardenha; com a transferência do ducado para Stanislas Leszczyński (1677–1766)⁷, antigo rei da Polônia e, por arranjo dinástico, novo duque de Lorena, permaneceu no círculo cortesão como preceptora de príncipes e princesas, função que combinava instrução moral e letrada, etiqueta e artes. Nesse circuito, transita por redes que incluíam Madame de Graffigny (1695–1758) e Madame de Tencin (1682–1749), exemplares da participação feminina na República das Letras não apenas como anfitriãs, mas como mediadoras de leitura e debate (Goodman, 1994, p. 9; Turner, 2009, p. 11). Aos 32 anos, casa-se com Antoine Grimard de Beaumont e, dois anos depois, pede anulação alegando infidelidade e violência. Entre o libelo do pastor Jean Deschamps (1764)⁸, que cristalizou um retrato desfavorável da pensadora, e a carta autobiográfica de 1767–1768, cuja confiabilidade vem sendo confirmada por documentos de arquivo e pela correspondência com Thomas Pichon/Tyrrell, a recepção de Leprince de Beaumont oscilou entre desqualificação moral e validação empírica (Artigas-Menant, 2004).

Em 1745 publica a *Lettre en réponse à l’auteur de l’Année merveilleuse*; em 1748, *Le Triomphe de la Vérité*. Por volta de 1748/49, instala-se em Londres, onde atua como governanta de uma jovem nobre, Sophie (“l’enfant de son cœur”), e intensifica a produção: entre 1757 e 1760 saem o *Magasin des Enfants* e o *Magasin des Adolescentes*, entre outros. A hipótese de um segundo

⁷ Leszczyński manteve intensa atividade intelectual e travou uma polêmica direta com Jean-Jacques Rousseau a propósito do *Discurso sobre as Ciências e as Artes* (1751): publicou, anonimamente, no *Mercure de France* (set. 1751) uma refutação ao texto premiado em Dijon, à qual Rousseau respondeu no mesmo ano. A crítica de Leszczyński e a réplica de Rousseau constituem o primeiro encontro do genebrino com o universo político-intelectual polonês; anos depois, por intermédio do conde Michał Wielhorski, ligado à Confederação de Bar, Rousseau redigirá as *Considerações sobre o Governo da Polónia* (1765–1766).

⁸ No estudo em que reabre o dossiê biográfico de Jeanne-Marie Leprince de Beaumont, Geneviève Artigas-Menant recorda que sua imagem pública no século XVIII foi marcada por ataques e ironias: já em 1764, o pastor Jean Deschamps a descreve como “falsa beata”, “pedante”, de “mente superficial” e “hipócrita fanática”, autora de um “catecismo para moças”; poucos anos depois, Voltaire (1767) volta a satirizá-la. Para muitos contemporâneos, essa combinação de invectivas e sarcasmo fez da autora um enigma em termos de reconhecimento. Artigas-Menant, porém, sustenta que estamos diante de uma *femme des Lumières* – escritora, pedagoga e pensadora cuja trajetória e obra reclamam reavaliação – leitura que corroboramos neste artigo. Cf. ARTIGAS-MENANT, Geneviève. *Les Lumières de Marie Leprince de Beaumont. Nouvelles données biographiques*. Dix-huitième siècle, v. 36, n. 1, p. 291-301, 2004; ver também: Artigas-Menant Geneviève *Lumières clandestines. les papiers de thomas pichon*. Paris: Honoré Champion, 2001.

casamento com Thomas Pichon (Tyrrell)⁹ permanece não comprovada; a situação jurídica de católicos na Inglaterra e a natureza privada de tais uniões explicam lacunas probatórias, embora registros paroquiais, cartas e o testamento de Pichon (1777/81) indiquem proximidade e circulação comum (Artigas-Menant, 2001). Em 1763, Jeanne-Marie retorna definitivamente à França (Annecy), sem interromper seus projetos de escrita.

A imagem de “autora de um único conto” encobre uma obra volumosa e variada. Além do *Magasin des Enfants* (1756/1757), com o célebre conto *La Bela et la Bête*, seguem-se *Magasins* temáticos e morais: *Instructions pour les jeunes Dames* (1764); *Mémoires de Mme de Batteville* (1766); *Magasin des pauvres, artisans, domestiques et gens de la campagne* (1768); *Les Américaines* (1770); *Contes moraux* (1774); *La Dévotion éclairée, ou Magasin des Dévotes* (1779).

O *Magasin des Enfants* (1756/1757) cristaliza o projeto pedagógico de Leprince: um periódico em forma de diálogos entre preceptora e alunas, no qual conteúdos de história, geografia, religião, ciências e filosofia se intercalam com contos; após cada narrativa, a conversa retorna para interpretar e moralizar o enredo – um dispositivo de oralidade guiada que combina deleite e disciplina (Turner, 2009, p. 6–7). Do conjunto da obra emergem quatro traços: a centralidade da experiência feminina de ensino (a voz da preceptora organiza e medeia o saber), a pedagogia da virtude doméstica (modéstia, constância, temperança e cuidado), a leitura como prática formativa (a menina-leitora aprende também a dizer) e a integração entre prazer narrativo e norma moral.

O repertório interno do *Magasin* evidencia esse alcance: além de “A Bela e a Fera” e “Orlando e Angélica” – recontos de Villeneuve e Ariosto –, surgem peças de feição filosófica (“Aurora e Amada”), relatos com ares de epopeia (“O príncipe Titi”), quadros de personagens contrastantes (“Belinda e Feiosa”, “Azarado e Sortudo”) e mesmo facécias (“O conto dos três desejos”), dialogando com o cânone de leitura das elites francesas setecentistas (história antiga, mitologia, fábulas, *Mil e uma noites*)¹⁰, cujos ecos atravessam a obra (Ventura, 2019, p. 283–286; Goodman, 1994). Nessa chave, a cena dos “Aposentos de Bela”¹¹ ganha espessura formativa: o livro com a inscrição em letras douradas diz: “Peça o que deseja: aqui você é a rainha e a dona da casa” (Beaumont, 2016, p.44) – transforma a leitura em dispositivo de agência regulada, ao mesmo tempo em que a reinscreve no interior do lar e sob a tutela da moral doméstica. O imperativo do livro concede a Belle comando e desejo, mas circunscritos ao espaço do seu quarto – com estante, cravo e livros –, um pequeno laboratório de juízo que forma e, ao mesmo tempo, domestica a imaginação. Em seguida, a cena do espelho confirma performaticamente o poder do texto (o desejo se realiza à vista do pai), operando a passagem do deleite para a norma: ler, desejar e governar a si desde a casa e para a casa.

Apesar de mais de setenta títulos, a memória moderna reteve quase exclusivamente “A Bela e a Fera”. No século XVIII, porém, a autoridade pedagógica de Leprince Beaumont foi

⁹ A relação de Leprince de Beaumont com Thomas Pichon (dito Tyrrell, 1700–1781) — leitor, colecionador e copista de manuscritos filosóficos clandestinos — é documentada por Geneviève Artigas-Menant (2001) a partir do exame do arquivo Pichon, que ilumina tanto a personalidade de Marie Leprince quanto o contexto londrino de sua produção. Desenvolvimentos biográficos e editoriais dessa correspondência estão reunidos especialmente nos caps. II (pp. 53-67) e VII (pp. 157-171) de *Lumières clandestines. Les papiers de Thomas Pichon* (2021), além de dois estudos da autora sobre o Nouveau Magasin français: um sobre vulgarização científica e outro sobre medicina popular no mesmo corpus.

¹⁰ Como resume Ventura (2019), a partir de Peter Björn Kerber (2011), entre as elites francesas da primeira metade do século XVIII a leitura — individual ou em grupo — integrava o cotidiano e funcionava como sinal de distinção: depois das obrigações matinais, reservavam-se ao menos duas horas para ler. Circulava então um repertório bastante estável, que incluía História Antiga, mitologia greco-romana, fábulas (Esopo, Fedro e especialmente La Fontaine, cuja coletânea de 1668 manteve larga fortuna por décadas) e as *Mil e uma noites* na tradução de Antoine Galland (1704–1717). Esse pano de fundo ajuda a entender por que os diálogos e recontos do *Magasin* acionam referências reconhecíveis para o público visado, fazendo a ponte entre deleite e formação do juízo (Ventura, 2019, p. 284–285).

¹¹ Em edições modernas, como a que estamos utilizando neste artigo (Clássicos Zahar, 2016, tradução de André Telles), o cenário é explicitado como “Aposentos de Bela”, com “uma grande estante, um cravo e vários livros de música” (2016, p. 44); a expressão “cena da biblioteca” usada por comentadores é metonímica para esse conjunto de leitura instalado no espaço doméstico.

ampla (edições, traduções, circulação). Vista em conjunto, sua escrita antecipa, populariza e naturaliza repertórios afetivos e normativos que o Iluminismo francês converteria em gramática moral, repertórios com os quais Rousseau dialoga e que ajudam a forjar a domesticidade como fundamento pedagógico da ordem social (sem reduzir o processo à obra rousseauiana): o debate sobre salões e a progressiva rejeição feminina ao “privado” são aqui pano de fundo interpretativo.

Entre Villeneuve (1740) e Beaumont (1756): reescrita, encurtamento e deslocamento do ideal feminino

Nascida em Paris em 1685, Gabrielle-Suzanne Barbot de Villeneuve integrou a “segunda onda” de contos de fadas franceses após Perrault e Madame d’Aulnoy. Casou-se em 1706 com Jean-Baptiste Gaalon de Villeneuve, requereu partilha de bens poucos meses depois para resguardar seu dote, ficou viúva em 1711 e, já nos anos 1730, ingressou tardiamente no circuito letrado parisiense sob a órbita crítica de Crébillon¹², então censor régio. Publicou *La Phœnix conjugal* (1734), *La Jeune Américaine et les contes marins* (1740) – que inclui a versão longa de A Bela e a Fera –, *Les Belles solitaires* (1745) e romances como *La Jardinière de Vincennes* (1753), de ampla circulação até 1800. Essa trajetória tardia e profissionalizada ajuda a explicar a acuidade de Villeneuve para público, gosto e normas editoriais, bem como a densidade “de salão” de sua escrita (Lacerda, 2016, p. 20–23).

A comparação entre as duas versões de *La Belle et la Bête* revela mais do que uma diferença de extensão ou de estilo: torna visível uma reorientação cultural do ideal feminino entre 1740 e meados da década de 1750. No conto extenso de Villeneuve (1740), Bela preserva autonomia de juízo, circula por espaços de sociabilidade e encontra na imaginação, na leitura, na música e nos espetáculos públicos inclusive por mediações “mágicas” que lhe franqueiam ópera, Comédie-Italienne, jardins das Tulherias e acontecimentos do mundo – fontes legítimas de prazer e de cultivo de si¹³. O enredo funciona, além disso, como alegoria crítica do sistema matrimonial do Antigo Regime: expõe assimetrias de gênero, reivindica reciprocidade afetiva e moral, e dramatiza a necessidade de consentimento e interlocução no vínculo conjugal¹⁴. Nessa chave, o valor

¹² Prosper Jolyot de Crébillon (1674–1762), tragediógrafo célebre, foi eleito para a *Académie française* em 1731 e exerceu funções de censor régio na *Direction de la Librairie* entre 1735 e 1745; em seguida, recebeu uma sinecura, cargo honorífico e remunerado de escassas obrigações, na *Bibliothèque du Roi*. Fontes biográficas de Villeneuve registram sua proximidade com a autora desde os anos 1730, inclusive o exame e parecer sobre *La Phœnix conjugal* (1734).

¹³ A passagem em que Bela “dispunha de fontes inesgotáveis de entretenimento em suas janelas” (Comédie-Italienne; vista das Tulherias; “tudo o que de importante acontecia no mundo”, incluindo “a última revolta dos janízaros”) explicita uma economia de sociabilidade que é ao mesmo tempo estética e cívica: os dispositivos do palácio encenam uma participação vicária no espaço público urbano, atualizando, em chave fabulosa, o repertório de práticas valorizadas na cultura de salões — assistir a espetáculos, observar a circulação das “pessoas mais ilustres e elegantes”, acompanhar eventos e conversações que informam o juízo. Essa “janela para o mundo” integra o circuito de formação do gosto, do discernimento e do prazer legítimo (não culpado) em Villeneuve, compondo um ideal de feminilidade que alia curiosidade, conversação e consumo culto de imagens e sons. Em contraste com a inserção pedagógica posterior do enredo em Beaumont, aqui a imaginação não é suspeita: ela amplia a experiência e sanciona a circulação feminina por um público mundano e cosmopolita. Cf. a cena: “A primeira [janela] lhe proporcionava o prazer da Comédia Italiana; a segunda, a vista das Tulherias [...] e a última [...] permitia-lhe ver tudo o que de importante acontecia no mundo” (Villeneuve, 2016, p. 120). Ver também Zipes (2006), para o papel formador dos contos de fadas na normatização de gostos e condutas; e Goodman (1994), sobre a sociabilidade salonière como instância de letramento político.

¹⁴ Na primeira noite no palácio, a Fera pergunta diretamente a Bela se ela aceita “dividir o leito”; a heroína, assustada, responde um “não” inequívoco. A cena institui, no interior do conto, um direito de recusa e um padrão de resposta franca (“diga sim ou não”), vinculando proximidade física a consentimento expresso (Villeneuve, 2016, p. 107). Mesmo quando o pai invoca a superioridade do “bom caráter” sobre a “estampa bonita” e aconselha o casamento, Bela mantém a autonomia de juízo e não consente (Villeneuve, 2016, p. 134). A aceitação só ocorre no retorno ao palácio, quando ambos selam um compromisso verbal recíproco, sob a forma de juramento, que reconduz o enlace à lógica da palavra empenhada e da interlocução (Villeneuve, 2016, p. 151). Lida nesse encadeamento, a narrativa figura, em chave alegórica, a crítica feminina setecentista às uniões impostas, ao mesmo tempo em que afirma padrões de reciprocidade afetiva e moral; trata-se de um eixo coerente com a tradição de contos de fadas escritos por mulheres e com a leitura histórica do conto apresentada por Lacerda (2016, p. 20–27).

formativo da leitura, da conversação e da vida interior é parte constitutiva do ideal amoroso e ético que a narrativa encena.

A reescrita de Jeanne-Marie Leprince de Beaumont (1756/1757), ao contrário, encurta radicalmente a narrativa, depura subtramas (passados da Fera e de Bela, episódios laterais) e didatiza o material, convertendo-o numa estrutura arquetípica voltada a meninas e preceptoras no *Magasin des Enfants*. A excelência de Bela passa a ser aferida pela lealdade filial, pela constância, pela modéstia e pelo uso moral da leitura – não mais como expansão imaginativa sem bordas, e sim como instrumento de formação do juízo sob direção da preceptora. Diversões públicas (bailes, teatro, passeios), valorizadas em Villeneuve como parte da sociabilidade elegante, aparecem aqui como dispersão moral; as irmãs são moldadas como *exempla* negativos (orgulho, gula, preguiça) e punidas, enquanto Bela ocupa, numa casa sem mãe, um papel quase materno, condensando, em chave pedagógica, a vocação feminina para o cuidado e a regulação afetiva do lar (Lacerda, 2016, p. 26–27).

Esse deslocamento dialoga com a própria história do *conte de fées*. Longe de simples entretenimento, o gênero teve um papel formador na cultura letrada dos salões desde o fim do século XVII, servindo como espelho e, ao mesmo tempo, como laboratório de normas sociais (Zipes, 2006). A crítica tem mostrado que os contos circularam intensamente entre adultos antes de serem reorientados para crianças; quando o público-alvo se desloca, intensifica-se sua vocação didática e, com ela, a inscrição de papéis de gênero compatíveis com um modelo doméstico de feminilidade. Assim, ainda que Villeneuve escreva primordialmente para leitores adultos e Beaumont para meninas em contexto pedagógico, ambas as versões iluminam, por ângulos distintos, o debate setecentista sobre o lugar das mulheres.

Na versão de Villeneuve, a interioridade imaginativa de Bela não é um desvio, mas um eixo de sua formação: a heroína busca prazeres intelectuais e estéticos, frequenta (por dispositivos mágicos) ópera, teatro e feiras, cultiva a leitura e reivindica interlocução viva como condição para o amor. A agência aparece tanto no cuidado de si (a recusa do tédio por meio do estudo e da arte) quanto em decisões dramáticas – como assumir, por iniciativa própria, o lugar do pai diante da Fera. Esse regime de figuração aproxima Bela do horizonte da cultura de salões e de heroínas letradas do período, para quem a inteligência e a conversação eram componentes do ideal amoroso e ético.

O texto de Beaumont opera uma depuração desse repertório. Ao reduzir a trama a cerca de 16 páginas e a inserir no dispositivo dialogal do *Magasin des Enfants*, a autora realinha a moral do conto: a excelência de Bela se mede agora pela lealdade filial, pela constância, pela modéstia e pelo “bom uso” da leitura – não como expansão imaginativa sem bordas, mas como instrumento de formação do juízo sob direção da preceptora. Diversões públicas (bailes, teatro, passeios), valorizadas em Villeneuve como parte da sociabilidade elegante, passam a figurar como dispersão moral; as irmãs de Bela tornam-se *exempla* negativos, punidos por vícios de orgulho, gula e preguiça. Em casa sem mãe, Bela exerce papel quase materno, condensando, de modo pedagógico, o que a década seguinte teorizaria como vocação feminina para o cuidado e a regulação afetiva do lar.

Esse giro não se explica apenas por “simplificação” formal. Ele acompanha, de um lado, a mudança de público (de adultos para crianças), que intensifica o caráter normativo dos contos; de outro, ecoa a crescente suspeita iluminista contra uma imaginação desregrada – tema recorrente na segunda metade do século XVIII e que reconfigura os limites entre fantasia, sensibilidade e virtude (Goldstein, 2008). O resultado, em Beaumont, é um regime de leitura tutelada: a fabulação encanta, mas sob controle discursivo da preceptora; a imaginação, antes celebrada como potência de mundo, é reinserida na economia da disciplina doméstica.

Há ainda um fator material decisivo: a versão de 1756/1757 triunfa editorialmente porque é curta, replicável e traduzível, o que a torna rapidamente hegemônica e obscurece a narrativa longa de 1740 – dinâmica que ajuda a fixar, na memória cultural, a versão pedagogizada do enredo e seu ideal doméstico de feminilidade. A vitória de Beaumont é, pois, também a vitória de uma forma: o *conto curto* dentro de um *livro-curso* (o *Magasin*), pensado para leitura seriada, mediada e avaliável por adultos.

Em síntese, a reescrita de Beaumont não apenas “resume” Villeneuve: ela reprograma o eixo valorativo do conto, deslocando a ênfase da autonomia imaginativa e da sociabilidade pública para a pedagogia das virtudes domésticas. Por isso, funciona como texto-ponte entre a feminilidade ampla e circulante da década de 1740 e a domesticidade que se consolidará, nos anos seguintes, como fundamento pedagógico e político da ordem social – campo em que Rousseau oferecerá uma arquitetura conceitual de largo alcance. Longe de epígona, Beaumont participa ativamente da produção dessa gramática: populariza, naturaliza e torna “ensináveis” repertórios de afetos e condutas que, por via literária, passam a estruturar expectativas sobre o que uma “boa” mulher deve sentir, desejar e fazer.

Rousseau e a domesticação dos afetos: *Carta a d’Alembert* (1758) e *Emílio* (1762)

Jean-Jacques Rousseau traz a figura feminina para o centro de uma arquitetura moral-política fundada na diferença sexual. Na *Carta a d’Alembert* (1758), ao discutir teatro, costumes e a sociabilidade urbana, afirma que “não há boa moral para as mulheres fora de uma vida retirada e doméstica; [...] os cuidados pacíficos da família e do lar são seu destino; a dignidade de seu sexo está na modéstia; a vergonha e a castidade são nelas inseparáveis da decência” (Rousseau, 1995, p. 75-76). Mas o alcance do argumento mobilizado por Rousseau é, como observa Berchtold (2011), mais do que uma querela dramática entre Genebra e Paris: ele organiza, sob a chave da diferença sexual, um programa de governo dos afetos e de distribuição de papéis precisamente para evitar, aos olhos de Rousseau, o embaralhamento contemporâneo das fronteiras entre masculino e feminino. Por isso, a *Carta* elabora uma crítica de princípio ao regime de sociabilidade galante, no qual a cena pública e o amor se entrelaçam para “estender o império do sexo” (Rousseau, 1995, p. 43) e “dar às mulheres e jovens moças o papel de preceptoras do público” (Rousseau, 1995, p. 43), com poder sobre “os espectadores” análogo ao que têm “sobre seus amantes” (Rousseau, 1995, p. 43). O efeito, sugere, é uma reversão das relações naturais: mulheres celebrizadas em cena e no mundo, “filósofas graças aos autores” (Rousseau, 1995, p. 45), “esmagam nosso sexo com seus próprios talentos” (Rousseau, 1995, p. 45), enquanto a mocidade triunfa sobre a velhice e a autoridade (Rousseau, 1995, p. 43). Mesmo quando o teatro exhibe “amores legítimos”, o perigo não estaria no crime, mas na predisposição “a sentimentos demasiado ternos”, que “preparam” o coração para escolher objetos fora da virtude (Rousseau, 1995, p. 47).

Nesse horizonte, Rousseau formula uma tese axial: “sigamos as indicações da natureza, consultemos o bem da sociedade; descobriremos que os dois sexos devem se unir e, ordinariamente, viver separados” (Rousseau, 1995, p.92). A convivência íntima e contínua feminiliza os homens – “elas apenas perdem a moral; nós perdemos a moral e a constituição” –, impondo-lhes “modos suaves” contrários à sua “natureza”; a solução é a distância normativa, não a exclusão absoluta ((Rousseau, 1995, p.92). Há, porém, nuances históricas: o próprio autor lembra casos em que “a mulher se fez robusta e o homem não se enervou”, como em Esparta (Rousseau, 1995, p.94). O alvo principal não é a força feminina em si, mas a *mise-en-scène* moderna que teatraliza papéis e adultera a autenticidade dos vínculos – o que a *galanterie* encarna exemplarmente. Retomando o ponto já indicado com Berchtold (2011): o contraste Genebra/Paris opera sobretudo como porta

de entrada para a gramática de gênero de Rousseau; daí a crítica ao teatro como crítica a um regime de visibilidade que promove e remunera socialmente a mulher pública galante.

Esse programa formativo de “domesticação dos afetos” atinge sua expressão canônica em *Emílio* (1762). No Livro V, Sophie é formada não “para si”, mas relativamente ao homem: “agradá-lo, ser-lhe útil, fazê-la amada e honrada, criar os pequenos, cuidar dos grandes [...] estes são os deveres das mulheres em todos os tempos” (Rousseau, 1969, p. 703). O que Sophie “sabe fazer melhor, e o que lhe foi ensinado com o maior cuidado, são as tarefas de seu sexo” (Rousseau, 1969, p. 747); administra a casa paterna para aprender a um dia governar a sua própria, ela “entende de culinária e de organização da despensa; sabe o preço dos alimentos; conhece suas qualidades; é muito boa em contabilidade; age como mordomo da mãe” (Rousseau, 1969, p. 748). Rousseau veda tanto a ignorância completa quanto a instrução que “desminta a natureza”: “fazei dela uma mulher honesta”, não um “homem honesto”; elas “devem aprender muitas coisas, mas as que lhes convém saber”, isto é, que encantem, dirijam e ordenem a sensibilidade masculina (Rousseau, 1969, p.701). O dispositivo da distância reaparece como técnica de governo dos afetos: Émile “está longe de passar a vida com Sophie e de vê-la tanto quanto deseja”, de modo que prazeres “menos reais que imaginários” excitam o amor “sem efeminar seu coração” (Rousseau, 1969, p. 804). A casa, aqui, é espaço de disciplina dos afetos e de tutela dos costumes: separa-se para ordenar; ordena-se para civilizar.

Esse modelo dialoga com transformações culturais em curso entre 1750 e 1775. Como lembra Maza, “o moderno culto do amor familiar” toma forma então (Maza, 2003, p. 61). O *homme sensible* – marido e pai afetuosos – eleva o valor dos vínculos domésticos e reconhece mulheres e crianças como sujeitos de afeição e cuidado. Mas tal sensibilidade também aciona ansiedades: como preservar a autoridade masculina quando o laço afetivo se torna princípio ético? Daí a força de projetos que ancorem a virtude feminina no lar e reestruturam a agência das mulheres como pedagogia íntima dos afetos. A historiografia frequentemente responsabilizou Rousseau por uma virada antifeminina – Steinbrügge (1995) destaca a expulsão das mulheres da esfera pública como efeito de sua filosofia; Gutwirth (1992) o apresenta como o “primeiro misógino moderno” (Gutwirth, 1992, p. 126). Mas convém calibrar a ênfase: a crítica recente mostra que seus textos não surgem no vácuo. Leprince de Beaumont, governanta e autora, já opera, em 1756/1757, uma pedagogização da feminilidade que antecipa e populariza o modelo doméstico, enquanto uma torrente de tratados educativos, no seu rastro, traduz o léxico da diferenciação sexual em prescrições miúdas para mães e preceptoras¹⁵. O manuscrito anônimo *De l'éducation physique et morale des enfants des deux sexes* (Paris, 1785) dá a medida: sem “boa educação”, as mulheres “contraem todos os vícios”, inflam “o desejo de agradar” e “o gosto pelas vaidades”; por “ordem da natureza” e “convenção geral”, incumbem-se da gestação, alimento e cuidado dos filhos e “de todo o detalhe do interior” da casa (apud Turner, 2009, p. 36–37).

Lido nesse quadro, Rousseau não é apenas epítome de exclusão. Ele fornece a gramática que universaliza e confere prestígio filosófico ao modelo doméstico, ao mesmo tempo em que preserva uma forma específica de agência feminina: a de ordenar a sensibilidade do marido, dos filhos, do futuro cidadão a partir do espaço privado. Seu combate à *galanterie* não pretende “humilhar” as mulheres, mas desacreditar a supremacia do feminino performado na cena pública, que, a seu ver, “esmaga nosso sexo com seus próprios talentos” e adultera as hierarquias de idade e autoridade (ROUSSEAU, 1995, p. 484–486). Em contrapartida, transfere poder para a esfera

¹⁵ Para aprofundamento, ver: JONES, Jennifer M. *Repackaging Rousseau: Femininity and Fashion in Old Regime France*. *French Historical Studies*, Durham, v. 18, n. 4, p. 939–967, Autumn 1994; JONES, Jennifer M. *Sexing la Mode: Gender, Fashion and Commercial Culture in Old Regime France*. New York: Berg, 2004; POPIEL, Jennifer J. *Rousseau's Daughters: Domesticity, Education, and Autonomy in Modern France*. Durham: University of New Hampshire Press, 2008; GRANDIÈRE, Marcel. *L'Idéal pédagogique en France au dix-huitième siècle*. Oxford: Voltaire Foundation, 1998.

íntima: docilidade, modéstia e doçura não significam inércia, mas uma política doméstica dos afetos capaz de moldar disposições masculinas, daí sua ressonância entre homens e mulheres no Iluminismo tardio. A ambivalência é constitutiva: ao rebaixar a presença feminina na publicidade do teatro e dos salões, o projeto rousseauiano eleva sua centralidade moral e pedagógica. A *Carta* o diz diretamente: “o amor é o reino das mulheres”; ele as “faz preceptoras do público” (Rousseau, 1995, p. 43) quando cena e paixão colonizam a vida social; a questão é se essa ascendência melhora o governo dos homens ou instaura, ao contrário, a tirania do parecer.

Em suma, *Carta* e *Emílio* articulam um mesmo dispositivo: separar os sexos para conter a imaginação e disciplinar a sensibilidade; conter a sensibilidade para estabilizar costumes e instituir uma ordem pedagógica em que a mulher, afastada da “cena” pública, se torna motor moral do lar. É justamente por essa ambivalência – recolhimento ao âmbito doméstico e centralidade moral; contenção e autoridade – que a sua “gramática” encontra eco em autoras como Leprince de Beaumont e ajuda a explicar por que tantas leitoras do século XVIII leram em Rousseau não só o teórico da dependência feminina, mas alguém que prometia transformar uma dependência sofrida em dependência desejada.

Conclusão

Confrontar as duas Belas, a letrada e expansiva de Villeneuve (1740) e a doméstica e pedagógica de Leprince de Beaumont (1756/1757), com a gramática rousseauiana da diferença sexual permite ver, num recorte curto de tempo, o deslocamento de um ideal feminino ainda aberto à sociabilidade pública para um modelo normativo centrado no lar. Em Villeneuve, Bela encarna uma autonomia de juízo que transita entre imaginação, leitura e espetáculos; a cena pública não é ameaça, mas campo de cultivo de si e de conversação, uma figuração que ecoa a cultura de salões do fim do século XVII e início do XVIII (Goodman, 1994). Em Leprince de Beaumont, a mesma matéria mítica é reprogramada: a narrativa breve, replicável e didática do *Magasin* verte em chave pedagógica o conto, reinscrevendo a virtude feminina na utilidade doméstica, na modéstia e na tutela da imaginação, um gesto editorial e moral que ajudou a fixar, por difusão massiva, a versão “canônica” da história.

Rousseau não “inventa” sozinho essa reconfiguração, mas lhe confere um quadro teórico capaz de universalizá-la e fazê-la prestigiosa. Na *Carta a d’Alembert* (1758), o combate à *galanterie* e ao teatro é menos um moralismo episódico que um diagnóstico: quando cena e amor governam a sociabilidade, ampliando o raio de intervenção do feminino na esfera pública, invertendo hierarquias de idade e autoridade. Em *Emílio* (1762), a educação de Sophie consolida a distribuição assimétrica voltada ao cuidado do lar e do esposo, ao passo que o afastamento regulado entre os sexos opera como mecanismo de regulação da sensibilidade masculina. O que Leprince faz, por via literária, é popularizar uma feminilidade de cuidado e comedimento, enquanto Rousseau sistematiza filosoficamente como arranjo normativo de governo dos afetos.

Se o *homme sensible* elevou o valor do vínculo familiar, também ativou ansiedades sobre a autoridade masculina (Maza, 2003). Nesse quadro, a leitura historiográfica que atribui a Rousseau a “expulsão” das mulheres do espaço público captura uma face do processo; mas, ao emparelhar Leprince de Beaumont e Rousseau, vemos que a virada doméstica foi fruto de um horizonte cultural mais amplo, na qual autoras, editoras e manuais pedagógicos vertem a diferença sexual em prescrições concretas para a vida ordinária. No plano formal, a vitória do conto curto, inscrito num livro-curso dialogal, foi decisiva para essa tradução normativa – a “replicabilidade” editorial funcionou como veículo da norma.

Nada disso elimina a ambivalência. Ao retirar a mulher da esfera pública, o arranjo rousseauiano a recoloca no centro de uma engenharia moral: a casa torna-se sede de socialização política, e a agência feminina se exerce como pedagogia íntima dos afetos – influência indireta, porém estrutural. Villeneuve preserva a possibilidade de uma Bela que negocia sua felicidade no espaço alargado da conversação e do espetáculo; Leprince e Rousseau, por caminhos diferentes, convertem essa energia em virtude doméstica e em didática da modéstia. Entre a autonomia imaginativa e a contenção pedagógica, o conto de fadas funciona como sismógrafo da passagem: registra o estreitamento das “gramáticas de gênero” na segunda metade do século XVIII e mostra como literatura, filosofia e práticas editoriais, em concerto, naturalizaram a domesticidade como fundamento pedagógico da ordem social.

Ler *La Belle et la Bête* pelas duas mãos, de Villeneuve e de Leprince Beaumont, à luz de Rousseau, portanto, não é apenas comparar versões; é recuperar as condições de possibilidade de uma transformação histórica. Se a Bela de 1740 ainda fala a língua larga da sociabilidade letrada, a de 1756/1757 já aprende a gramática da virtude doméstica. Ao oferecer a essa gramática uma teoria dos afetos e uma política da diferença sexual, Rousseau a torna legível como sistema e, por isso mesmo, historicamente contestável. É nesse ponto que o dossiê aqui reconstruído pretende incidir: mostrar que a domesticação dos afetos não foi destino natural, mas operação cultural e que sua força se explica, precisamente, pela aliança entre a autoridade filosófica de Rousseau e a potência formativa-popular do *Magasin* de Leprince de Beaumont, sobre o pano de fundo de um imaginário que Villeneuve, antes, havia mantido mais aberto à autonomia feminina.

Referências

- ANÔNIMO. *De l'éducation physique et morale des enfans des deux sexes*. Paris: Nyon l'aîné, 1785.
- ARTIGAS-MENANT, Geneviève. *Lumières clandestines. Les papiers de Thomas Pichon*. Paris: Honoré Champion, 2001.
- ARTIGAS-MENANT, Geneviève. Les Lumières de Marie Leprince de Beaumont. Nouvelles données biographiques. *Dix-huitième Siècle*, v. 36, n. 1, p. 291-301, 2004.
- BERCHTOLD, Jacques. La "Lettre à d'Alembert" dans l'œuvre de Rousseau. In: Rousseau, politique et esthétique: sur la Lettre à d'Alembert. p. 29-53. Org. Blaise Bachofen et Bruno Bernardi. Lyon: ENS Édition, 2011.
- BIANCARDI, Élisabeth (ed.). *La jeune Américaine et les contes marins (La Belle et la Bête) [suivi de] Magasin des enfants (La Belle et la Bête)*. Paris: Honoré Champion, 2008.
- BLOOM, Allan (trad.). *Politics and the Arts: Letter to M. d'Alembert on the Theatre*. Ithaca: Cornell University Press, 1960.
- BLUM, Carole. *Strength in Numbers: Population, Reproduction, and Power in Eighteenth-Century France*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.
- GOLDSMITH, Elizabeth C.; GOODMAN, Dena (orgs.). *Going Public: Women and Publishing in Early Modern France*. Ithaca: Cornell University Press, 1995.
- GOLDSTEIN, Jan. *The Post-Revolutionary Self: Politics and Psyche in France, 1750-1850*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- GOODMAN, Dena. *The Republic of Letters: A Cultural History of the French Enlightenment*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- GRANDIÈRE, Marcel. *L'Idéal pédagogique en France au dix-huitième siècle*. Oxford: Voltaire Foundation, 1998.
- GUTWIRTH, Madelyn. *The Twilight of the Goddesses: Women and Representation in the French Revolutionary Era*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- JONES, Jennifer M. Repackaging Rousseau: Femininity and Fashion in Old Regime France. *French Historical Studies*, v. 18, n. 4, p. 939-967, 1994.
- JONES, Jennifer M. *Sexing La Mode: Gender, Fashion and Commercial Culture in Old Regime France*. New York: Berg, 2004.
- KERBER, Peter Bjorn. Read to improve themselves in XVIII century Paris. In: BREMER DAVID, Charissa (org.). *Paris: Life and Luxury in the Eighteenth Century*. Chicago: Jean-Paul Getty Museum, 2011.
- LACERDA, Rodrigo. Apresentação. In: LACERDA, Rodrigo (org.). *A Bela e a Fera e outros contos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. (Clássicos Zahar – bolso de luxo).
- MAZA, Sarah. *Private Lives and Public Affairs: The Causes Célèbres of Prerevolutionary France*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- MAZA, Sarah. *The Myth of the French Bourgeoisie: An Essay on the Social Imaginary 1750-1850*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.
- MISTACCO, Vicki. *Les Femmes et la tradition littéraire: Anthologie du Moyen Âge à nos jours. Première partie: XIIe-XVIIIe siècles*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- POPIEL, Jennifer J. *Rousseau's Daughters: Domesticity, Education, and Autonomy in Modern France*. Durham: University of New Hampshire Press, 2008.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Émile ou de l'éducation*. Texte établi et annoté par Bernard Gagnebin et Marcel Raymond. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1969. t. IV.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Lettre à M. d'Alembert sur les spectacles*. Texte établi et annoté par Bernard Gagnebin et Marcel Raymond. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1995. t. V.
- STEINBRÜGGE, Lieselotte. *The Moral Sex: Woman's Nature in the French Enlightenment*. New York: Oxford University Press, 1995.
- TURNER, Rebecca. *From Salonnière to Mère: Femininity in Eighteenth-Century France*. 2009. Tese (Doutorado em História) – University of North Carolina.
- VENTURA, Rosa. Um pouco além do espelho de Bela: leitura, repertório e formação no *Magasin des Enfants*. *Literartes*, n. 11, p. 279–290, 2019.
- VENTURA, Susana; LESLIE, Cassia; ASSE, Roberta. *Na companhia de Bela: contos de fadas por autoras dos séculos XVII e XVIII*. Seleção, organização e comentários de Susana Ventura, Cassia Leslie; ilustrações e projeto gráfico de Roberta Asse; tradução de Maria Valéria Rezende, Maikon Augusto Delgado, Susana Ventura e Caroline Rodovalho. Londrina: Florear Livros, 2019.
- VENTURA, Susana Ramos. Um pouco além do espelho de Bela. *Literartes*, v. 1, n. 12, p. 275-293, 2020.
- VILLENEUVE, Gabrielle-Suzanne; BEAUMONT, Jeanne-Marie Leprince; BIANCARDI, Élisabeth. *La jeune Américaine et les contes marins; La Belle et la Bête; Magasin des enfants*. Paris: Honoré Champion, 2008.
- VILLENEUVE, Gabrielle-Suzanne; BEAUMONT, Jeanne-Marie Leprince. *A Bela e a Fera*. Trad. André Telles; ilust. Walter Crane et al.; apres. Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- ZIPES, Jack. *Why fairy tales stick? The evolution and relevance of a genre*. New York/London: Routledge, 2006.

Contribuição dos(as) autores(as) / Author's Contributions: Bárbara Rodrigues Barbosa e Luciano da Silva Façanha participaram da pesquisa, discussão e redação do artigo. Ambos(as) aceitaram e aprovaram a versão final do texto.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Luciano da Silva Façanha. luciano.facanha@ufma.br
